

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 087

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 022/2002

Curitiba, 24 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva criar a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a Entidade a ser criada terá por finalidade institucional exercer o poder de regulação, normatização, controle, indicação e fiscalização dos serviços públicos delegados.

A Agência Reguladora será de natureza autárquica, sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado, atuação em todo território paranaense, vinculada ao governador do Estado e orçamentariamente ao secretário de Estado dos Transportes.

O Ofício SEPL/S/048/2002 (anexo por cópia), firmado conjuntamente pelo secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pelo secretário de Estado dos Transportes, apresenta outros detalhes quanto aos trabalhos de elaboração desta proposição, assim como quanto à amplitude das ações e âmbito de serviços públicos delegados que estarão atingidos pela esfera de trabalho da autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

OFÍCIO SEPL/S/048/2002

Curitiba, 24 de abril de 2002.

Senhor Secretário:

Encaminhamos a essa Secretaria de Governo para as providências pertinentes, Anteprojeto de Lei visando a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

Trata-se de ente regulador para serviços de infraestrutura, que compreendem:

- a) rodovias concedidas;
- b) ferrovias concedidas;
- c) terminais de transportes (rodoviários, ferroviários, aeroviários, marítimos e fluviais);
- d) transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros;
- e) exploração da faixa de domínio da malha viária;
- f) inspeção de segurança veicular;
- g) outros serviços de infra-estrutura de transportes delegados, e

h) outros serviços de infra-estrutura que vierem a ser definidos por lei específica.

A elaboração do anteprojeto em questão foi coordenada pelo Grupo de Regulação desta SEPL com a participação de técnicos da Secretaria de Estado dos Transportes.

O anteprojeto já foi objeto de prévia discussão e consenso técnico com a Liderança do Governo na Assembléia Legislativa.

Através de seu grupo de Regulação fica a SEPL à disposição para eventuais esclarecimentos e/ou suporte técnico requerido durante o processo de tramitação do projeto junto à Assembléia Legislativa.

Na oportunidade apresento a V. Exa. minhas considerações.

Atenciosamente,

(aa) MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado do

Planejamento e Coordenação Geral

WILSON JUSTUS SOARES

Secretário de Estado dos Transportes

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Da Autarquia

Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais, vinculada ao governador do Estado do Paraná e orçamentariamente à Secretaria de Estado dos Transportes.

§ 1º - A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

§ 2º - A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas e os meios necessários ao exercício adequado de sua competência.

§ 3º - Equivalem-se, para fins desta lei, as expressões: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, Agência Reguladora e Agência.

Art. 2º - Para fins desta lei, aplicam-se as seguintes definições:

I - poder concedente: a União, o Estado do Paraná ou os municípios, em cuja competência se encontre o serviço público;

II - entidade regulada: pessoa jurídica de direito público ou privado ou consórcio de empresas ao qual foi delegada a prestação de serviço público, mediante procedimento próprio;

III - serviço público delegado: aquele cuja prestação foi delegada pelo poder concedente, através de concessão, permissão, autorização, convênio, contrato de gestão ou qualquer outra modalidade de transferência de execução de serviço público, inclusive as decorrentes de normas legais ou regulamentares, atos administrativos ou

disposições contratuais, abrangendo também sub-rogação, subcontratação e cessão contratual, as últimas desde que devidamente autorizadas pelo poder concedente;

IV - instrumento de delegação: ato que transfere a delegação da realização da prestação do serviço público abrangendo as previstas no inciso III deste artigo;

V - serviços de infra-estrutura, que compreendem:

a) rodovias concedidas;

b) ferrovias concedidas;

c) terminais de transportes:

c.1) rodoviários;

c.2) ferroviários;

c.3) aeroviários;

c.4) marítimos e fluviais;

d) transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros;

e) exploração da faixa de domínio da malha viária;

f) inspeção de segurança veicular;

g) outros serviços de infra-estrutura de transportes delegados.

VI - Outros serviços de Infra-estrutura que vierem a ser definidos por lei específica.

Capítulo II

Dos Princípios e Objetivos

Art. 3º - A Agência terá por finalidade institucional exercer o poder de regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização sobre os serviços públicos submetidos à sua competência.

Art. 4º - A Agência obedecerá as seguintes diretrizes gerais de ação, respeitados os princípios incertos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal:

I - exercício eficiente do poder de regulação, respeitadas as determinações legais e os respectivos documentos de delegação da prestação dos serviços públicos;

II - prestação, pelas entidades reguladas, de serviços adequados ao pleno atendimento dos usuários, nos termos da competente legislação, demais prescrições contratuais e normas pertinentes;

III - transparência das regras de estipulação de tarifas, asseguradas a modicidade tarifária, a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação firmados contratualmente;

IV - observância dos conceitos econômicos de eficiência nos custos e equidade no acesso aos serviços;

V - estabilidade nas relações com o poder concedentes das esferas municipal, estadual e federal, entidades reguladas e usuários;

VI - ampla proteção aos usuários e promoção de soluções céleres e consensuais de conflitos de interesse entre poder concedente, prestadores de serviço e usuários;

VII - estímulo à eficiência, produtividade dos serviços públicos regulados, repartindo, quando a Agência

tiver outorga para tal, benefícios entre a entidade regulada e os usuários respeitadas a saúde pública e a salubridade ambiental.

Capítulo III

da Competência e das Atribuições

Art. 5º - À Agência compete regular, fiscalizar e controlar, nos termos desta Lei, os serviços públicos de Infra-estrutura do Paraná, conforme definidos no artigo 2º, incisos V e VI desta lei.

Parágrafo Único - A competência da Agência, nos termos desta Lei dar-se-á por delegação e expressa, através de convênio específico a ser firmado com o ente titular do serviço público, de qualquer nível federativo.

Art. 6º - Compete à Agência, respeitados os planos de políticas instituídos pelo poder concedente:

I - zelar pelo fiel cumprimento da legislação e dos instrumentos de delegação cujo objetivo envolve a prestação dos serviços públicos sob sua competência regulatória;

II - implementar as diretrizes estabelecidas pelo poder concedente em relação às delegações de serviços sujeitos à competência da Agência;

III - efetuar a regulação econômica dos serviços públicos sob sua competência, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;

IV - proceder a fiscalização e a regulação técnica, fazendo cumprir os instrumentos de delegação, as normas e os regulamentos da exploração do serviço público, visando assegurar a quantidade, qualidade, segurança, adequação, finalidade e continuidade;

V - oferecer sistemáticas e indicar metodologias para o estabelecimento de parâmetros regulatórios relativos ao serviço, cálculo de custos, certificados e planos de investimentos atuais e futuros;

VI - dirimir, em âmbito administrativo e em decisão final, respeitadas sua competência, os conflitos entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários e, quanto for o caso, arbitrar;

VII - classificar, avaliar e definir, quando necessário, com base nos instrumentos de delegação e em informações prestadas pelo poder concedente e pelas entidades reguladas, diretamente ou com auxílio de peritos, a titularidade do patrimônio reversível;

VIII - decidir e homologar os pedidos de revisão e reajuste de tarifas dos serviços públicos regulados, na forma da lei, dos instrumentos de delegação e das normas e instruções que a Agência expedir;

IX - subsidiar tecnicamente, o poder concedente, na delegação dos serviços sob titularidade estadual devendo os editais ser submetidos previamente para apro-

vação da agência; e, antes da efetiva homologação pelo poder concedente, emitir parecer;

X - subsidiar tecnicamente, quando solicitado, outras esferas de governo na delegação das atividades por elas tituladas;

XI - aferir a qualidade das prestação dos serviços regulados, respeitados os parâmetros definidos nos instrumentos de delegação e seus respectivos contratos;

XII - assegurar o cumprimento de suas decisões administrativas, aplicando as sanções e compensações cabíveis, respeitando o princípio do devido processo legal e em conformidade com a regulamentação desta Lei;

XIII - expedir resoluções e instruções, no âmbito de sua competência, sendo-lhe permitida a fixação de prazos para cumprimento de obrigações por parte dos prestadores dos serviços públicos regulados, voluntariamente ou quando instada por conflitos de interesse;

XIV - determinar ou efetuar diligências junto ao poder concedente, entidades reguladas e usuários, sendo-lhe garantido amplo acesso aos dados e informações relativos aos serviços sob sua competência regulatória e fiscalizatória;

XV - contratar e celebrar convênios com entes públicos ou privados, serviços técnicos, vistorias, estudos, auditorias ou exames necessários ao exercício das atividades de sua competência;

XVI - criar sistemas de informações, com vistas ao controle dos aspectos pertinentes aos serviços da Agência, em articulação com os demais sistema federais, estaduais e municipais correlatos aos serviços públicos delegados;

XVII - elaborar o seu regimento interno, estabelecendo procedimentos para a realização de audiências públicas, encaminhamento de reclamações, respostas a consultas, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais;

XVIII - elaborar proposta orçamentária, a ser incluída no orçamento geral do Poder Executivo Estadual;

XIX - contratar pessoal mediante concurso público;

XX - disciplinar a forma de atuação e conduta ética dos seus agentes, independentemente do regime de contratação;

XXI - atender ao usuário, mediante o recebimento, processamento e provimento de reclamações e sugestões relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, conforme a regulamentação desta Lei, através da Ouvidoria da Agência e em articulação com o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e com a Ouvidoria do Estado do Paraná;

XXII - praticar todas as demais ações necessárias à consecução das finalidades da Agência, inclusive a representação judicial e extrajudicial.

Art. 7º - No cumprimento de seus objetivos e no âmbito de sua competência, cabem à Agência as seguintes atribuições:

I - regular os serviços públicos delegados e proceder sua permanente fiscalização e controle, especialmente nos casos de monopólios naturais;

II - fazer cumprir as disposições regulamentares e contratuais do serviço;

III - realizar audiências públicas periódicas precedidas de ampla divulgação, com objetivo de imprimir publicidade à avaliação da atuação da Agência e da qualidade dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

IV - analisar e emitir parecer sobre os planos de investimento em obras e serviços que repercutam sobre as delegações reguladas pela Agência;

V - receber relatórios sobre a execução de obras e serviços que tenham repercussão sobre a prestação dos serviços regulados;

VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar reclamações dos usuários;

VII - exigir, diante de condições anômalas do serviço, ou do seu prestador, capazes de causar danos à saúde, meio ambiente, segurança e ordem públicas, um plano de ação imediata, definido prazo para sua elaboração e implantação;

VIII - aplicar penalidades regulamentares e contratuais às prestadoras dos serviços nos termos da regulamentação desta Lei e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

IX - intervir na prestação dos serviços públicos regulados, nos casos previstos em lei ou em contrato, com objetivo de garantir a continuidade do serviço adequado e eficiente;

X - requerer ao poder concedente a intervenção na prestação de serviço de titularidade federal, ou municipal, nos termos dos respectivos instrumentos de convênio, com objetivo de garantir a sua continuidade de forma adequada e eficiente;

XI - assegurar aos usuários ampla informação sobre os serviços públicos regulados, além de prévia divulgação sobre reajustes e revisões de tarifa;

XII - elaborar relatório anual de suas ações, nele destacando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo poder concedente e dos planos e políticas setoriais que repercutam sobre as delegações reguladas, para envio ao chefe do Poder Executivo Estadual e à Assembleia Legislativa do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do término do exercício relatado, ou quando solicitados pelos referidos poderes;

XIII - realizar estudos, para propor maior eficiência nas atividades públicas reguladas.

§ 1º - No exercício da atividade regulatória e fiscalizatória, a Agência terá amplo acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros das prestadoras dos serviços públicos regulados.

§ 2º - As decisões da Agência são dotadas de auto-executoriedade e a eventual obstrução ou desobediência, importará em caducidade da delegação, assegurado o princípio do devido processo legal, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e criminal.

Art. 8º - A Agência poderá assumir, parcial ou integralmente, mediante convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo, a outorga de atribuições compatíveis com a sua competência legal, para exercer o poder regulatório e fiscalizatório sobre empresas prestadoras de serviços públicos de titularidade federal ou municipal, independentemente da época ou da natureza do vínculo legal ou consensual originário.

Parágrafo único - A outorga deverá ser objeto de convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo que, uma vez firmado, submete a respectiva prestadora do serviço público ao disposto nesta Lei, sendo deferido à Agência, o exercício de sua atividade fora dos limites territoriais do Estado do Paraná.

Capítulo IV

Da Organização

Seção I

Dos órgãos de Direção Superior

Art. 9º - A Diretoria e o Conselho Deliberativo cuja composição atenderá aos critérios definidos nesta lei, são os órgãos administrativos superiores da Agência.

Art. 10 - Os Diretores e Conselheiros somente perderão seus mandatos nas seguintes hipóteses, constatadas, de forma isolada ou cumulativa:

I - renúncia

II - condenação judicial transitada em julgado;

III - decisão terminativa em processo administrativo disciplinar;

IV - ausência a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas por ano, independente da justificativa apresentada.

V - demais hipóteses previstas nesta lei.

Art. 11 - Sob pena de perda de mandato, é vedado aos Diretores:

I - exercer qualquer cargo ou função de controlador, diretor-administrador, gerente, preposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada;

II - receber, a qualquer título, quantias, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada;

III - tornar-se sócio, quotista ou acionista de qualquer entidade regulada;

IV - externar opinião publicamente, salvo nas sessões dos respectivos órgãos de direção superior, sobre qualquer assunto submetido à Agência, ou que, pela natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

§ 1º - Constatadas as condutas referidas neste artigo, caberá ao chefe do Poder Executivo Estadual determinar a apuração das irregularidades, através da Procuradoria Geral do Estado.

§ 2º - A infringência do disposto neste artigo, além da perda de mandato, sujeitará o diretor infrator à multa cobrável pela Agência, por via executiva, conforme definida no Art. 321, do Código Penal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

§ 3º - O membros da Diretoria deverão, previamente ao provimento no cargo, assinar termo de compromisso, cujo conteúdo espelhará o previsto neste artigo e na regulamentação desta lei.

Art. 12 - No início de seus mandatos e anualmente, até o seu termo final, os diretores e conselheiros deverão apresentar declaração de bens, na forma prevista na regulamentação desta lei.

Art. 13 - Até um ano após deixar o cargo, é vedado aos ex-diretores e ex-conselheiros representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência.

Parágrafo Único - É vedado, ainda, ao ex-diretor e ao ex-conselheiro, utilizar informações privilegiadas, obtidas em decorrência do cargo exercido, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 14 - O Regimento Interno da Agência disciplinará a substituição dos diretores e dos conselheiros em seus impedimentos ou afastamentos legais ou, ainda, no período de vacância que anteceder a nomeação de novo diretor ou conselheiro.

Seção II

Da Diretoria

Art. 15 - A Diretoria da Agência é o órgão colegiado de caráter deliberativo superior, responsável por implementar as diretrizes estabelecidas nesta lei e demais normas aplicáveis, incumbindo-lhe exercer competências executiva e de direção, sem prejuízo de outras atribuições que lhe reserve a regulamentação desta lei.

§ 1º - A Diretoria submeterá relatório anual ao chefe do Poder Executivo do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, os termos da regulamentação desta lei.

§ 2º - A Diretoria da Agência, por seu diretor-presidente ou diretor por este designado, anualmente, juntamente com presidente do Conselho Deliberativo farão, perante a Assembléia Legislativa do Paraná, relato das atividades da Agência.

Art. 16 - A Diretoria da Agência será composta por 5 (cinco) diretores, a saber:

I - Diretor-presidente;

II- Diretor de Relações Institucionais e de Ouvidoria;

III - Diretor de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros;

IV - Diretor Jurídico;

V - Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços.

Parágrafo Único - As respectivas funções de cada diretor serão definidas através de Regimento interno, cabendo ao diretor-presidente, além de outras atribuições, a representação judicial e extrajudicial da Agência, o comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, bem como a presidência das sessões da diretoria da Agência.

Art. 17 - Os diretores da Agência deverão satisfazer, simultaneamente, às seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - residir no Estado do Paraná, durante o período de mandato;

III - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;

IV - possuir formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado.

§ 1º - Além das condições gerais definidas pelos incisos I a IV deste artigo, cada diretor deverá satisfazer requisitos técnicos vinculados às funções respectivas, a serem definidos através da regulamentação desta Lei.

§ 2º - Os membros da diretoria serão indicados pelo chefe do Poder Executivo do Estado e por ele nomeados, após arguição pública e aprovação por voto secreto promovidos por Comissão Permanente formada por deputados especialmente designados pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - O mandato dos diretores será de 03 (três) anos, admitida uma única recondução, obedecida a forma prevista no parágrafo anterior, sendo que o diretor permanecerá no exercício de suas funções após o término de seu mandato, até que seu sucessor seja nomeado e empossado.

§ 4º - Os cargos de diretor serão de tempo integral e dedicação exclusiva e os mandatos serão não coincidentes.

§ 5º - O diretor de relações Institucionais e Ouvidoria terá acesso a todos os assuntos e contará com o apoio administrativo de que necessitar, assegurada autonomia de atuação e condição plena para desempenho de suas atividades, inclusive no que respeitar à articulação com outros órgãos da Administração Pública Estadual, conforme dispõe o Art. 6º, inciso XXI, desta lei.

Art. 18 - Estarão impedidos de exercer cargos Direção da Agência:

I - acionista com direito a voto ou sócio com participação no capital social de qualquer das entidades regulares;

II - membro de conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria executiva de qualquer das entidades reguladas;

III - controlador, diretor, administrador, gerente, preposto ou mandatário de qualquer das entidades reguladas;

IV - membro do conselho ou da diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesse de qualquer das entidades vinculadas aos serviços sob regulação da Agência, de categoria profissional de empregados dessas entidades, bem como do conjunto ou classe de entidades representativas de usuários dos serviços públicos referidos no art. 2º, inciso V e VI, desta Lei.

V - empregado, mesmo com contrato de trabalho suspenso, das entidades reguladas, respectivas empresas controladoras ou controladas e fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo Único - Os impedimentos de que trata este artigo estendem-se às pessoas que mantenham vínculo de parentesco até o segundo grau, em linha reta ou colateral, por consangüidade ou afinidade, com os ocupantes dos cargos descritos nos incisos I a V, deste artigo.

Art. 19 - Os ex-ocupantes dos cargos de diretoria ficarão impedidos, por um período de seis meses, contados da data de desligamento do cargo, de prestar qualquer tipo de serviço nas entidades reguladas ou na Administração Pública Estadual em qualquer dos setores regulados pela Agência.

§ 1º - Incluem-se no período a que se refere o *caput* eventuais períodos de férias não usufruídos.

§ 2º - Durante o impedimento, o ex-ocupante de cargo de Diretoria ficará vinculado à Agência ou a qualquer outro órgão da Administração Pública Direta, em área atinente à sua qualificação profissional, fazendo jus à remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu, sendo assegurados, no caso de servidor público, todos os direitos do efetivo exercício das atribuições do cargo.

§ 3º - Aplica-se o disposto neste artigo ao ex-ocupante de cargo de Diretoria exonerado a pedido, se este já tiver cumprido, no mínimo, 6 (seis) meses do seu mandato.

§ 4º - Incorre na prática da advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento previsto neste artigo, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

Seção III

Do Conselho Deliberativo

Art. 20 - O Conselho Deliberativo é órgão colegiado de representação e participação institucionais das sociedades na Agência e será integrado por 13 (treze) conselheiros.

Art. 21 - Os conselheiros serão designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, para um mandato de 03 (três) anos, sem direito a recondução e cujas funções não serão remuneradas, respeitada a legislação vigente, competindo-lhes:

I - aprovar o plano geral de metas da Agência para universalização dos serviços prestados pelas entidades reguladas, antes do seu encaminhamento ao chefe do Poder Executivo;

II - aprovar os relatórios anuais da Diretoria;

III - aprovar a metodologia a ser utilizada na fixação, revisão, ajuste e homologação de tarifas;

IV - requerer informações relativas às decisões da Diretoria;

V - analisar a declaração de bens dos membros da Diretoria;

VI - produzir, em periodicidade anual, apreciações críticas sobre a atuação da Agência, encaminhando o relatório à Diretoria, à Assembléia Legislativa e ao chefe do Poder Executivo.

Art. 22 - O Conselho Deliberativo será assim composto:

I - Diretor-presidente da Agência;

II - um deputado estadual de livre indicação da Assembléia Legislativa do Estado;

III - um membro do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Paraná - CREA/PR;

IV - dois membros indicados pelo chefe do Poder Executivo Estadual;

V - três, representantes das entidades reguladas pela Agência, com adequada qualificação técnica;

VII - três representantes dos Conselhos de Usuários das entidades reguladas com adequada qualificação técnica.

§ 1º - O representante referido no inciso III será escolhido pelo chefe do Poder Executivo de lista tríplice, enviada pela respectiva entidade.

§ 2º - O Conselho será renovado anualmente em um terço.

Art. 23 - Do Regimento Interno da Agência disporá sobre o funcionamento do Conselho Deliberativo.

Capítulo V

Do Processo Decisório

Art. 24 - O processo decisório da Agência obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual, de acordo com os procedimentos a serem definidos na regulamentação desta Lei, assegurando aos interessados o devido processo legal, com os meios e recursos inerentes.

Art. 25 - As decisões da Diretoria da Agência serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao diretor-presidente o voto de qualidade.

Art. 26 - O processo decisório que implicar afetações de direitos dos agentes econômicos dos setores ou dos usuários poderá ser procedido de audiência pública convocada pela Agência.

Capítulo VI

Da Atividade e do Controle

Art. 27 - A atividade da Agência será juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, igualdade, devido processo legal, publicidade, moralidade e eficiência.

Art. 28 - A Agência deverá garantir o tratamento confidencial das informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis que solicitar às entidades reguladas, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 29 - Os atos da Agência deverão ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem.

Art. 30 - Os atos normativos somente produzirão efeito após publicação no Diário Oficial do Estado, e aqueles de alcance particular, após a correspondente notificação.

Art. 31 - Na invalidação de atos e contratos, será previamente a manifestação dos interessados.

Art. 32 - Qualquer pessoa terá o direito de peticionar ou de recorrer contra ato da Agência, no prazo máximo de trinta dias, devendo a decisão da Agência ser conhecida em até noventa dias.

Capítulo VII

Das Receitas e do Patrimônio

Art. 33 - Constituem receitas da Agência, dentre outras fontes de recursos:

I - recursos oriundos da cobrança da taxa de regulação, sobre os serviços públicos delegados;

II - recursos originários do Tesouro Estadual consignados no Orçamento do Estado;

III - produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública e de emolumentos administrativos;

IV - rendimentos de operações financeiras que realizar;

V - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

VII - recursos advindos da aplicação de penalidades;

VIII - outras receitas correlatas.

Art. 34 - Fica instituída a Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura, a ser recolhida mensalmente pelos prestadores do serviço público de infra-estrutura, como receita privativa da Agência, mediante aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento), da receita operacional bruta do concessionário e/ou permissionário.

Parágrafo Único - A Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura terá implantação gradativa sendo 0,25% nos primeiros 12 (doze) meses e 0,05%, a partir do décimo terceiro mês.

Art. 35 - A Taxa de Regulação, a que se refere o artigo anterior, será devida pela entidade regulada, a partir da data de publicação desta Lei, devendo ser recolhida diretamente à Agência, em duodécimos, na forma em que dispuser a regulamentação desta lei.

Parágrafo Único - O não recolhimento da taxa no prazo fixado, implicará em multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias de atraso calculados *pro rata die*, sobre o valor principal atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, a contar do dia seguinte ao do vencimento.

Art. 36 - A remuneração da Agência pela prestação dos serviços no setor de Infra-Estrutura deverá respeitar os termos dos convênios firmados entre esta Agência de Regulação e o poder concedente.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 37 - Durante a primeira instalação regular da Diretoria da Agência, o diretor-presidente terá mandato de 2 (dois) anos e serão definidos pelo chefe do Poder Executivo Estadual os diretores que terão mandatos de 1 (um), 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, respectivamente.

Art. 38 - Durante a primeira instalação regular do Conselho Deliberativo, os conselheiros terão mandatos diferenciados de 5 (cinco), 4 (quatro) e 3 (três) anos, de acordo com os respectivos termos de posse e fixados nos respectivos atos de nomeação, conforme vir a ser definido pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 39 - O Poder Executivo Estadual, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, enviará à Assembléia Legislativa, projeto de lei dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o quadro permanente da Agência.

Art. 40 - Até a realização do concurso público previsto no artigo 6º, inciso XIX, desta lei, a Agência será instalada através da requisição de servidores da Administração Pública Direta e Indireta da esfera estadual e, por cessão, nas esferas federal e municipal, se necessários.

Parágrafo Único - O diretor-presidente da Agência elaborará e submeterá à diretoria, para aprovação, a relação dos servidores públicos a serem requisitados para servir à Agência.

Art. 41 - Enquanto não se efetivar o disposto no artigo 39, desta lei, ficam criados, no âmbito da Agência, temporariamente, os seguintes cargos de provimento em comissão: 5 (cinco) cargos de diretor, símbolo AE-1; 1 (um) cargo de assessor jurídico, símbolo DAS-1; 1 (um) cargo de gerente administrativo, símbolo DAS-1 e 1 (um) cargo de gerente de informações, símbolo DAS-1.

Parágrafo Único - Os cargos de provimento em comissão, ora criados, ficarão automaticamente extintos quando da aprovação do projeto de lei, de que trata o artigo 39, desta lei.

Art. 42 - Os instrumentos de delegação da prestação dos serviços públicos de competência da Agência, em vigor na data de publicação desta lei, permanecem vigentes e submetem-se, para todos os fins, ao poder de regulação e fiscalização da Agência.

Art. 43 - As empresas que, na data da instalação da Agência, forem detentoras de outorgas vencidas e/ou com caráter precário ou que estiver em vigor com prazo indeterminado, terão as mesmas mantidas, sem caráter de exclusividade, pelo prazo previsto no artigo 98, do Decreto Federal nº 2521, de 20 de março de 1998, em atendimento ao disposto no artigo 42, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, e adaptados aos princípios norteadores da Agência.

Art. 44 - O orçamento anual da Agência, que integrará a Lei Orçamentária do Estado do Paraná, nos termos do artigo 133, parágrafo 6º, inciso I, da Constituição Estadual, deverá considerar as receitas previstas no artigo 33, inciso I desta lei, de forma a dispensar, no prazo máximo de 3 (três) anos, os recursos do Tesouro Estadual.

Art. 45 - Para os fins previstos no artigo 33 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional até o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), servindo como fonte de recursos quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 46 - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à implementação da Agência, aprovando a regulamentação da presente lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, após a instalação da Diretoria.

Art. 47 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48 - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, os quais não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projeto de Lei nºs 364/2002 e 434/2002, que autorizam o Poder Executivo a implantar o Curso de Engenharia Mecânica no Campus da Uniãoeste.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, REQUER a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias contados a partir de 04 de agosto de 2002, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de sessenta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está analisando uma diversidade de setores, apurando a fundo todos os documentos enviados. Apesar da supracitada Comissão reunir-se também durante o

recesso parlamentar, verificou-se a escassez de tempo hábil para que a mesma pudesse realizar maior detalhamento embasado nas denúncias enviadas a esta CPI.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar à esposa Luci Przepiura, filha, genro e neto, pelo falecimento do esposo, pai, sogro e avô: Alcemir Przepiura, nesta cidade de Curitiba, em 14.06.2002.

Requer outrossim, seja dado ciência deste à família do extinto no seguinte endereço: Rua José de Castro 35 - São Braz - Curitiba - Paraná - CEP 82.300- 450.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Alcemir Przepiura, morador antigo do São Braz, era conhecido pelas suas realizações em prol das comunidade e bem-estar das pessoas mais carentes, onde deixou uma profunda lacuna.

Líder comunitário no São Braz, ajudou muito na construção da Igreja do bairro.

Deixa esposa, filha, genro e neto e muitos amigos que cultivou durante toda sua vida.

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor Olivério Bento Ribeiro, presidente eleito da União das Associações de Moradores da Região Norte - regional Boa Vista, votos estes extensivos aos demais membros da diretoria, que tomaram posse no dia 20 de junho do corrente ano, na sede da Associação de Moradores da Barreirinha - Abembar.

Requer outrossim, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: Rua Anita Garibaldi, 5.674 - Barreirinha - Curitiba - Paraná - CEP 82220-000.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A União das Associações dos Moradores da Região Norte - Regional Boa Vista - entidade sem fins lucrativos criada nesta data, com a finalidade de melhorar o relacionamento entre as Associações de Bairros da Região Norte, facilitando assim para Femoclan, o atendi-

mento às reivindicações anteriormente apresentadas uma a uma por essas associações de bairros.

Assumem nesta data os membros da diretoria da entidade citada, encabeçada pelo seu presidente Olivério Bento Ribeiro, que foi aclamado pela maioria absoluta dos senhores presidentes de associações que compõem a União das Associações de Moradores da Região Norte.

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa, seja enviado voto de congratulações ao senhor Heitor Lothieu Angeli, autor do livro "O Velho Balseiro", publicado em 2000, que em breve se tornará tema de mais um filme brasileiro.

Heitor Lothieu Angeli lançou em 1998, Crônicas do Oeste, e em 2000 brindou os leitores com a obra O Velho Balseiro.

Os preparativos para as filmagens inspiradas em O Velho Balseiro, já iniciaram e mostrarão a saga dos balseiros, em milhares de viagens durante as décadas de 1920 a 1950, no Rio Uruguai.

O objetivo era o transporte de toras, partindo do Remanso do Tigre- SC-RS, até a chegada em terras portenhas ao porto de San Tomé, aonde se realizava a venda com dupla vantagem: bom preço e isento de taxas.

É história, é vida que construiu uma parte do nosso país e deixou frutos no nosso Paraná, Estado escolhido por Heitor Lothieu Angeli para viver e ter sua família. Gente valorosa e trabalhadora.

O autor traz nas páginas repletas de história muita poesia, daquele presente na vida de heróis que abrem caminhos promissores nos lugares mais inesperados, com a visão do homem iluminado pela força e coragem.

Receba o autor a humilde homenagem desta Casa, e para inspirar os nobres Pares desta Assembléia Legislativa, transcrevemos breve trecho da obra "O Velho Balseiro":

"O Ciclo da Madeira

Na etapa de formação regional que decorreu de fins de século passado até o terceiro decênio do atual, a exploração da madeira foi uma das indústrias extrativas que mais se desenvolveu na região, inclusive nas zonas de povoamento pioneiro como a Foz do Iguaçu, onde Silveira Netto observava em 1914: "Os grandes troncos, uma vez abatidos, são isolados pelas planchadas, grandes clareiras abertas à margem do rio, até o nível da água, onde se reúnem após formando balsas extensas como longa estrada sobre a água, para descerem demandando o Porto Pozadas, ao impulso de uma lancha à vapor."

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1764

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos senhores Miguel Bayerle e Flávio Fin, prefeito e vice-prefeito, respectivamente, do município de Itaipulândia/PR, por ocasião da inauguração do Paço Municipal Tancredo Neves, belíssima obra naquela cidade, a realizar-se no dia 12 de julho de 2002.

Requer, ainda que do presente se dê ciência aos senhores Miguel Bayerle e Flávio Fin, prefeito e vice-prefeito, respectivamente de Itaipulândia/PR, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal de Itaipulândia - Paraná, Rua 7 de Setembro, 272- CEP 85.880.000- Itaipulândia-PR.

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações à cidade de Santa Izabel do Ivaí, na pessoa do prefeito Adão de Almeida Ramos, na Av. Manoel Ribas, 470 - CEP 87910-000, e também na pessoa do presidente do Poder Legislativo Municipal, vereador Alcides Soares, Praça Souza Naves, s/nº CEP 87910-000, em Santa Izabel do Ivaí-PR, pelo 50º aniversário do município a ser comemorado dia 02 de julho.

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A acolhedora cidade de Santa Izabel do Ivaí, fundada em 02 de julho de 1952, está completando meio século de existência e se destaca pela generosidade de sua gente e pelo esforço da administração municipal e de seus concidadãos em conduzir esse notável município a um lugar de destaque no contexto dos municípios paranaenses.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente:

Respeitadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao desembargador Roberto Pacheco Rocha, enviando votos de congratulações em razão do trabalho desenvolvido na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

É preciso salientar a competência com que o desembargador Roberto Pacheco Rocha dirigiu o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, imprimindo marca indelével nos trabalhos daquela egrégia Corte, razão pela qual merece a homenagem desta Assembléia Legislativa.

O Brasil se destacou no cenário mundial porque seu processo eleitoral é o único totalmente informatizado, permitindo o conhecimento dos resultados quase de forma instantânea, melhorando significativamente a fiscalização dos partidos políticos.

A fragilidade demonstrada no processo eleitoral das últimas eleições para presidência nos Estados Unidos da América fez com que o mundo voltasse seus olhos para o nosso país e para o nosso processo eleitoral.

A democracia ganha com esse avanço tecnológico e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná também espelha esse progresso. O Poder Judiciário oferece a todos os participantes do processo eleitoral a devida segurança jurídica, indispensável ao exercício da cidadania.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo Estadual solicitando providências urgentes para socorrer os postos de combustíveis dos municípios que fazem fronteira com a Argentina, que estão perdendo grande parte de seus clientes para os postos argentinos que oferecem combustíveis mais barato.

Os consumidores brasileiros estão atravessando a fronteira e indo abastecer seus automóveis nos postos da Argentina, em virtude dos preços consideravelmente inferiores aos dos postos nacionais. O volume de carros brasileiros que atravessam a fronteira, em dias úteis e em horário comercial, é em média 25 veículos por hora e todos eles abastecem mais de 30 litros. Nos feriados e finais de semana esse número chega a triplicar.

Foz do Iguaçu, por exemplo, vem sentindo as graves consequências dessa evasão. Houve uma queda de 60% (sessenta por cento) no faturamento dos postos revendedores, o que acabou acarretando um elevado número de demissões, que já ultrapassou 72% (setenta e dois por cento) dos funcionários, nos últimos meses. O mais preocupante é que a grande maioria dos demitidos são chefes de família e não encontram nova colocação.

Se levarmos em conta apenas a influência econômica da gasolina, veremos que o rombo nos cofres do Estado do Paraná será consideravelmente grande. Em março e abril houve, aproximadamente, fuga de consumo de 6.000.000 (seis milhões) de litros de combustível, cuja pauta para base de cálculo do ICMS é de R\$1,90 (um real e noventa centavos) por litro. Isso geraria um valor de R\$11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais), aplicando a alíquota de 26% haverá perda de arrecadação de aproximadamente R\$2.964.000,00 (dois milhões e novecentos e sessenta e quatro mil reais). Além disso, 28,99% do preço da gasolina são custos da Petrobrás e 71,01% são impostos federais e estaduais.

Dessa forma, o pedido é que o governo estadual viabilize forma de subsidiar a gasolina na região da fronteira, com isenção de impostos.

Com essa medida, iremos evitar que postos de serviços venham a ser desocupados.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governo do Estado do Paraná, solicitando a conclusão da Ferroeste nos trechos entre Cascavel a Guaíra e Cascavel a Foz do Iguaçu, em atenção à reivindicação da Amop.

É importante registrar que na época da elaboração do projeto original, datada de 10 de outubro de 1988, contemplava-se em princípio duas fases na execução da obra. A primeira fase, denominada fase A, foi concluída em 1996, constituindo o trecho Guarapuava - Cascavel, totalizando 250 quilômetros de extensão da ferrovia. A fase B, que ainda não teve início, interliga Cascavel e Guaíra, em trecho de 169 quilômetros, e Cascavel a Foz do Iguaçu, com 172 quilômetros. Este último trecho foi devidamente contemplado pelo Plano Diretor. Já o trecho Cascavel-Guaíra foi excluído, o que causa a nós e a Amop estranheza e apreensão.

Visto que ambos os ramais representam fundamental importância no processo de desenvolvimento estratégico e que na região já existem, inclusive, propriedades declaradas de utilidade pública, pedimos que seja atendido o pleito.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, que seja analisada a inclusão da cidade de Maringá no círculo de realização das provas do concurso vestibular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho CEP 80215-901 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A magnífica Pontifícia Universidade Católica do Paraná, já vem realizando provas do concurso vestibular em Curitiba e Londrina, por isso pedimos por meio deste que seja analisada a possibilidade de inclusão da cidade de Maringá no circuito de realização dos exames de vestibular. O pleito se justifica pelo grande número de candi-

datos maringenses que necessitam de deslocar de sua cidade para outras nos dias de provas. Com certeza, ao incluir Maringá no circuito de realização das provas do concurso vestibular, estaremos estimulando um maior número de pessoas desta localidade a prestar tal concurso, fato que nos orgulhará muito, pois estarão fazendo exames de admissão em uma das melhores Universidades do nosso País.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, pedido de informações sobre as medidas de fiscalização e segurança utilizada nos veículos de transporte escolar no Estado do Paraná, conforme especifica:

1) Quais são os critérios utilizados pelo Detran e Ciretrans para proceder à análise e à vistoria dos veículos que fazem o transporte escolar?

2) Quais os itens e equipamentos dos veículos de transporte escolar que são vistoriados?

3) Qual é a periodicidade em que é realizada a vistoria?

4) Quem e como é realizada a fiscalização dos veículos de transporte escolar?

5) O Detran e as Ciretrans mantêm algum convênio ou parceria com as prefeituras para proceder a fiscalização dos veículos de transporte escolar?

6) Quantos veículos estão devidamente autorizados pelo Detran para efetuar o transporte escolar no Estado do Paraná?

Essas informações se fazem necessárias para que possamos conhecer com mais precisão este que é um importante instrumento que facilita o acesso e a democratização ao nosso sistema educacional. Para muitas comunidades distantes dos centros urbanos, o transporte escolar é indispensável para que milhares de crianças possam frequentar os bancos escolares.

Além disso, várias informações e denúncias dão conta que muitos desses veículos estão realizando o transporte de alunos de forma irregular, não obedecendo as condições mínimas de segurança, o que vem colocando nossas crianças numa situação de risco e perigo.

Diante do exposto, encareço aos nobres pares para que aprovelem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de infor-

mações ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, solicitando o que segue:

01 - Quais os valores pagos mês a mês, pelo erário público para cada helicóptero locado que se encontra à disposição da Secretaria de Segurança Pública?

02 - Qual(is) a(s) empresa(s) locadora(s) dos helicópteros e qual o prazo de duração do(s) contrato(s)?

03 - Qual a modalidade licitatória adotada na locação das aeronaves em questão?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 468/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a gratificação de incentivo à titulação aos servidores integrantes da carreira Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, nas seguintes condições:

I - 5% (cinco por cento) por conclusão de curso de atualização, relacionado com a função ocupada pelo servidor, com carga horária total de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas;

II - 5% (cinco por cento) por conclusão de curso de Ensino Fundamental, exceto quando o ensino fundamental for requisito mínimo de escolaridade para a função do servidor;

III - 8% (oito por cento) por conclusão de curso de Ensino Médio, exceto quando o ensino médio for requisito mínimo de escolaridade para a função do servidor;

IV - 10% (dez por cento) por conclusão de curso de Graduação exceto quando a graduação for requisito mínimo de escolaridade para a função do servidor;

V - 15% (quinze por cento) por conclusão de curso de pós-graduação em nível de residência médica, veterinária ou odontologia, ou por conclusão de curso de aperfeiçoamento, ambos com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

VI - 45% (quarenta e cinco por cento) por conclusão de curso de pós-graduação em nível de Mestrado;

VII - 75% (setenta e cinco por cento) por conclusão de curso de pós-graduação em nível de Doutorado.

Art. 2º - Os reflexos financeiros decorrentes desta lei deverão conter-se no limite do orçamento anual das instituições estaduais de ensino superior.

Art. 3º - Ficam convalidados, para todos os efeitos legais, os atos administrativos praticados pelas IES, anteriormente a esta lei, que tenham por objetivo a vantagem

ora instituída e obedeçam os critérios por esta lei definidos.

Art. 4º - A gratificação de incentivo à titulação será incorporada aos proventos de aposentadoria dos servidores de que trata esta lei.

Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

As instituições paranaenses de ensino superior, desde a época em que revestiam-se da natureza jurídica de fundações públicas, - e, nessa condição, pois, desfrutavam de maior autonomia administrativa e financeira -, houveram por bem instituir vantagem financeira denominada adicional de estímulo ao aperfeiçoamento, para os servidores detentores de títulos de especialização, mestrado e doutorado, nos mesmos patamares do adicional concedido aos docentes, sob o mesmo título, bem assim para os servidores que viessem a concluir cursos regulares ou de aperfeiçoamento para além das condições mínimas de escolaridade exigíveis para as respectivas funções.

Tal medida, por óbvio, atendia e atende, dentro de uma política de incentivo e valorização do aperfeiçoamento dos seus quadros de servidores técnicos administrativos, os interesses das próprias instituições e alunos de cursos de pós-graduação têm suas necessidades pedagógicas e educacionais atendidas não apenas pelo quadro docente mas também pelas variadas funções técnico-administrativas.

Todavia, a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, que dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das IES veio a prever a vantagem, agora sob a denominação de gratificação de incentivo, apenas para os docentes, silenciando a propósito dos servidores do corpo técnico-administrativo.

Entretanto, as mencionadas IES passaram a negociar, junto ao Governo do Estado, uma solução legal para o problema, resultando, do pedido regulamente formalizado, o preparo do anteprojeto de lei de cópia inclusa, pela então Secretaria de Estado da Administração, albergando, inclusive, efeitos financeiros retroativos.

Observa-se, na justificativa que acompanhou aquele plano de lei, que o próprio Estado, através da então SEAD (hoje SEAP), já admitia que a proposta legislativa destinava-se a atender situação já instalada, regularizando o pagamento de vantagens que o mesmo Estado vinha provendo e contra a qual nunca se insurgiu.

É relevante também notar que os montantes orçamentários anuais consignados para a folha de pagamento das IES têm contemplado, integralmente, o pagamento da citada gratificação.

A falta de previsão legal para essa vantagem vem gerando, outrossim, impasses entre as IES e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante o sis-

temático apontamento daquilo que aquela Corte de Contas considera uma irregular parcela de remuneração.

Outro efeito deletério da ausência de disciplina legal é a não-incidência de descontos da contribuição previdenciária sobre o valor da gratificação de incentivo à titularização, e, por conseguinte, sua evolução no cálculo

dos proventos de aposentadoria dos servidores técnico-administrativo das IES.

A fim de atender às disposições legais vigentes concernentes à estimativa da repercussão financeira que a aprovação da proposta acarretará, esclareça-se que, atualmente, as despesas das IES com o pagamento dessa vantagem estão assim configuradas:

IES	Nº de servidores que percebem a gratificação de incentivo à titulação	Valor Mensal (R\$)
UEPG	590	40.859,58
UEL	708	93.900,00
UEM	418	101.001,05
Total	1.716	235.760,63

Nesse aspecto, duas observações se impõem: no que respeita às despesas correntes do Estado, os valores das gratificações, como dito acima, já se encontram absorvidos mediante a competente consignação orçamentária; quanto à repercussão do presente plano de lei nos benefícios que ocorrerão à conta do Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, verificar-se-á discretíssima repercussão, considerando que a inativação dos servidores beneficiários ocorrerá ao longo de 30 (trinta) anos, ou mais.

PROJETO DE LEI Nº 469/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o artigo 28 fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 28 -...

Parágrafo Único - O juízo do órgão colegiado de administração da instituição, poderá ser aplicado o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos servidores de que trata este artigo, observado o disposto nos artigos 56 a 62 e no artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

II - o Capítulo III - Outros Dispositivos, fica acrescido de artigo 35-A, com a seguinte redação:

Art. 35A - serão incorporadas aos proventos de aposentadoria dos servidores de que trata esta lei as gratificações de representação e pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, observados os critérios estabelecidos na legislação previdenciária estadual.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com fundamento no novo ordenamento previdenciário derivado da Emenda Constitucional nº 20/98, da Lei nº 9.717/98 e da Lei paranaense nº 12.398/98, que instituiu a reforma previdenciária dos servidores públicos do Estado do Paraná, e, ademais, tendo em vista a regulamentação da contribuição previdenciária efetivada pelo Decreto nº 721, de 11.05.99, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência vem de baixar a Resolução nº 3.357/2001, definindo as vantagens inerentes ao cargo efetivo dos servidores públicos civis e militares do Paraná, sobre as quais deve incidir a contribuição previdenciária e que deverão compor os proventos de inatividade.

Nesse ato encontramos a regra de que, para efeito de cálculo dos proventos de aposentadoria, devem ser consideradas, como vantagens inerentes ao cargo, as seguintes:

a) servidores ocupantes de cargos de nível superior do quadro geral: vencimento, adicional por tempo de serviço, verba de representação e gratificação de produtividade;

e) procurador: vencimento, adicional por tempo de serviço de verba de representação;

f) delegado de polícia: vencimento, adicional por tempo de serviço de verba de representação;

g) advogado do quadro da carreira especial: vencimento, adicional por tempo de serviço e verba de representação;

j) demais cargos de carreira da polícia civil: vencimento, adicional por tempos de serviço, gratificação de representação, gratificação pelo regime especial de trabalho, gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida, gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva;

k) demais cargos de carreira de nível superior das instituições de ensino superior: vencimento, adicional por tempo de serviço e gratificação de produtividade;

i) demais cargos de carreira das instituições de ensino superior: vencimento e adicional por tempo de serviço;

O referido ato prevê, ainda, que ...4. As vantagens não especificadas nesta Resolução, por tratarem-se de vantagens não incorporáveis aos proventos de inatividade ou de natureza meramente indenizatória não devem ser consideradas para fins de contribuição previdenciária.

Com efeito. As orientações estabelecidas nessa Resolução da SEAP, refletem, didaticamente, o regime legal da remuneração e do benefício previdenciário dos servidores públicos civis e militares do Estado do Paraná, ao passo que expõem, de maneira clara, a situação de flagrante injustiça em que se encontram os servidores das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Observe-se que, mercê da diversidade da legislação aplicável às diversas categorias do funcionalismo estadual, atualmente a vantagem denominada gratificação de representação integra os proventos de inatividade de todos os servidores ocupantes de cargos de nível superior do quadro geral, dos procuradores e advogados, dos delegados de polícia e dos ocupantes dos demais cargos de carreira da polícia civil, e, quanto a estes últimos, é ainda incorporável ao provento de inatividade a gratificação pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Justo é, portanto, que tais parcelas de remuneração, também percebidas pelos servidores das IES, quando na atividade, integrem, igualmente, seus proventos de aposentadoria.

A fim de atender às disposições legais vigentes concernentes à estimativa da repercussão financeira que a aprovação da proposta acarretará, esclareça-se que, atualmente, por exemplo, as despesas da UEPG com o pagamento dessas vantagens (gratificação de representação e/ou TIDE) atinge o valor de R\$174.651,75 (Cento e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), relativo a cento e setenta e três funcionários.

Nesse aspecto, duas observações se impõem: no que respeita às despesas correntes do Estado, os valores dessas parcelas já se encontram absorvidos mediante a competente consignação orçamentária; quanto à repercussão do presente plano de lei nos benefícios que ocorrerão à conta do Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, verificar-se-á discretíssimo resultado, considerando que a inativação dos servidores beneficiários ocorrerá ao longo de 30 (trinta) anos, ou mais.

PROJETO DE LEI Nº 470/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede e foro na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública Estadual, localizada na rua Catanduvas, nº 2400, na cidade de Carambeí, Estado do Paraná, vem desenvolvendo suas atividades junto às pessoas necessitadas de assistência, sem distinção de raça, credo ou cor, acolhendo e abrigando em caráter temporário, idosos, carentes, proporcionando-lhes alimentação, higiene, enfermagem, lazer e outras atividades geriátricas condizentes que permitam sua melhor integração junto à sociedade.

A Associação Assistencial Novo Mundo ou Lar Santo Antonio como é conhecido, é constantemente elogiado pela comunidade pelo trabalho que presta, especialmente na área social, sendo uma luta árdua e que merece o nosso respeito no sentido de que tal projeto seja aprovado o mais rápido possível pelos nobres colegas desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 471/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 31 da Lei nº 5615/67, que passará a vigorar com a seguinte redação: "O Tribunal de Contas resolverá sobre consultas que lhe forem solicitadas pela administração pública, por intermédio dos chefes dos Poderes Públicos, membros das Casas Legislativas da União e dos Estados, secretários de Estado, administradores de entidades autárquicas, órgãos autônomos, ligados à administração direta ou indireta do Estado, acerca de dúvidas suscitadas na execução das disposições legais concernentes ao orçamento, à contabilidade, às finanças públicas e outras questões relacionadas à administração pública.

Art. 2º - Este lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil redemocratizou-se, o acesso às informa-

ções da Administração Pública é garantida expressamente a todo cidadão.

A Carta Maior, de igual forma, estendeu as prerrogativas dos membros das Casas Legislativas para atuarem como legisladores e fiscais da gestão da coisa pública.

Nessa linha, o presente projeto visa corrigir distorção contida no artigo 31 da Lei nº 5615/67, possibilitando ao parlamentar o exercício pleno do mandato eletivo, garantia expressamente estatuída nas Cartas Constitucionais da República e do Estado do Paraná, apresentando diretamente ao Tribunal de Contas, as consultas que entenderem oportunas.

PROJETO DE LEI Nº 472/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido o dia 26 de abril como o “Dia do Tropeirismo no Estado do Paraná”.

§ 1º - Entende-se como “tropeirismo”, as atividades desempenhadas por personagens históricos, que conduziram tropas chucas e arreadas de muares, fundando povoados que se transformaram em cidades em vários Estados brasileiros e que são denominados de “tropeiros”.

§ 2º - A escolha do dia 26 de abril como o Dia do Tropeirismo no Estado do Paraná, é uma homenagem póstuma ao Padre Cristóvão de Mendonça, o primeiro tropeiro da América do Sul.

Art. 2º - As comemorações do Dia do Tropeirismo no Estado do Paraná poderão ser ampliadas, a critério dos órgãos públicos, estabelecimentos de ensino e entidades tradicionalistas, como: “Semana do Tropeirismo no Estado do Paraná”, culminando com o dia 26 de abril.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

I - Origens do Tropeirismo

A história do tropeirismo no Brasil, inicia-se no século XVIII.

A disputa entre Portugal e Espanha era muito grande com relação à esperança de se encontrar jazidas de metais preciosos e assegurar, simultaneamente, a descoberta de novos territórios.

Com a descoberta de ouro na região de Caetés e no Vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais, por volta de 1730, houve um enorme fluxo migratório para aquela região. Porém, os grandes problemas enfrentados pelos ávidos faiscadores do metal precioso, se constituíam, principalmente, na falta de transporte, aliada à falta de caminhos e de alimentos.

À Coroa Portuguesa só interessava ouro e diamantes, não havendo a mínima boa vontade que fosse, por abertura de caminhos, organização de meios de transportes e desenvolvimentos de atividades agro-pastoris.

O único meio de transporte para as cargas a serem enviadas da região aurífera-produtora de Minas Gerais, até o Porto do Rio de Janeiro e de lá, para voltar com mercadorias importadas, era o lombo de animais, principalmente de muares.

Surgiu assim, o primeiro ciclo de tropeirismo no Paraná, juntamente com Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e até Chile e Peru, com o destino final à Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

A população de Minas Gerais, passou então, a ser abastecida de alimentos e outras mercadorias, pelo extremo sul do Brasil, constituído pelos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que através dos tropeiros, para lá conduziram grandes tropas de muares, chucas e arreadas, com alimentos.

Mais tarde, com a queda dos aluviões, devido ao esgotamento das minas, na região das Gerais, no final do século XVIII, houve uma enorme decadência econômica geral, que se refletiu até nas atividades do Tropeirismo.

Após, surgiu então, um novo ciclo econômico a partir de 1810, com a riqueza proporcionada pelo cultivo do café. O Tropeirismo então, voltou a se incrementar com a nova força, sendo incontáveis os tropeiros que nesta segunda fase se enriqueceram até o dobro do que foi conseguido nos áureos tempos da procura de ouro e diamantes em Minas Gerais.

II - Os Caminhos

“A história do Paraná, é também a história dos seus caminhos”.

O Paraná desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses, foi uma grande “ponte”, ou seja: por aqui se processava a passagem de castelhanos para o Oceano Atlântico; era o caminho dos escravizadores de indígenas e invernada de tropas vindas do Rio Grande do Sul, para as Minas Gerais e, posteriormente, para os cafezais paulistas, além de ser ponto estratégico para o controle do sul do Brasil, pela Coroa Portuguesa.

Havia um sistema de caminhos no sul do Brasil, que era percorrido a cavalo ou em lombo de burro, ligando várias cidades meridionais e sobressaindo-se duas “estradas” de tropas.

Uma delas, a mais antiga, vinha desde Viamão no Rio Grande do Sul, ligada por outros caminhos à campina riograndense e platina, e, subia pela região serrana das Vacarias, atravessava o planalto catarinense por Lages e Curitiba e depois de vencer, com dificuldades, as matas do Rio Negro, se espalhava pelos campos gerais no Paraná, passando pelo Campo do Tenente e pela Lapa, donde ia atingir o Rio Iguaçu a 14 léguas de Curitiba, em cujas margens, estava instalado o “Registro para Cobrança de Direitos sobre Gados e Cavalgaduras”. Essa cobrança de impostos (pedágio), foi instituída pelo então governador da Capitania de São Paulo, Antonio Caldeira

Pimentel. Dali, seguia para o Campo Largo e, atravessando a Serra de São Luiz do Purunã, alcançava Palmeira e logo depois Ponta Grossa e Castro, de onde, continuando para o norte e passando pelo Rio Itararé, por Itapeva e Itapetininga, chegava a Sorocaba, depois a São Paulo capital, onde se entrosava com os sistemas de caminhos que iam para o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O outro caminho utilizado pelos tropeiros, foi aberto pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, vinha da região missioneira do Rio Grande do Sul, ligado a Corrientes, na Argentina, atravessava o atual planalto catarinense em Chapecó, cortava o campo erê, atingia Palmas, donde seguia para o norte, atravessando o Rio Iguaçu, seguindo pelo vale do Rio Jordão, chegava à Guarapuava e daí, seguindo por Imbituva, alcançando Ponta Grossa, onde se entrosava com o primeiro caminho, o do Viamão, que chegava até Curitiba e seguia até Sorocaba, em São Paulo, sendo conhecido neste trecho como “estrada da mata”.

Mas é bom lembrar que o termo “estrada”, pouco correspondia a atual realidade, não passando simplesmente de uma picada na mata, balizada nas passagens de rios e nos trechos de serra, cuja conservação era realizada pelos próprios tropeiros.

Como se constata, nos primeiros séculos da história do Brasil, os meios de locomoção e as vias de penetração, eram completamente inexistentes, precários e insuficientes. As únicas vias existentes eram os chamados caminhos, pelos quais só podiam transitar tropas de muare, conduzidas pelos tropeiros.

Em território paranaense, os primeiros caminhos tiveram suas origens, com os indígenas, depois passaram a ser largamente utilizados pelos Bandeirantes em suas caminhadas, e, se transformaram com o decorrer do tempo, em caminhos de tropas, pelo menos em largos trechos.

Para se ter uma idéia dos caminhos utilizados pelos tropeiros, o Peabiru, por exemplo, é um nome de origem tupi, que os índios davam ao caminho transcontinental que ligava o Peru, no Oceano Pacífico, com São Vicente, em São Paulo, no Oceano Atlântico. Era um caminho pré-colombiano, isto é: existente antes do descobrimento da América.

Outro utilizado pelos tropeiros, era o então chamado: “Caminho da Graciosa”. Ao que tudo indica, esse carreador, na época era uma picada pela qual os índios localizados no planalto, desciam ao litoral. Esse caminho era difícilimo, por isso, o famoso tropeiro Manoel Teixeira de Carvalho, ordenou o seu melhoramento e após, fez por ele, a primeira travessia de muare para o litoral paranaense. As tropas desciam carregadas de congonha (erva mate), fumo, carne seca, couros, cereais, etc. E subiam a serra com açúcar, ferragens, tecidos, álcool, sal e muitos outros tipos de mercadorias.

Em síntese: dos caminhos pré-colombianos que existiram no Paraná, destacou-se como dissemos, o Peabiru, o qual ligava o litoral paulista ao Oceano Pacífico, no Peru, passando em território paranaense.

Já a ligação entre o planalto curitibano e o litoral, era realizada por três caminhos: Graciosa, ligando Curitiba a Antonina; Itupava, ligando Curitiba a Morretes (os tropeiros tinham preferência por este caminho); e Arraial, entre São José dos Pinhais e Morretes.

Inúmeras foram as rivalidades surgidas entre as vilas do litoral, com relação a utilização desses caminhos. A chamada “guerra dos caminhos”, atrasou a abertura definitiva de um caminho entre Curitiba e o Litoral.

A estrada da mata, ligando Rio Grande do Sul a São Paulo, passando por Curitiba, que se transformou num entroncamento de duas rotas, desempenhou um importante papel no progresso do interior paranaense. Surgiram devido a este caminho, inúmeros povoados, que se transformaram em vilas de pousos e depois em cidades, como por exemplo: Rio Negro, Lapa, Campo do Tenente, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Tijucas, Piraí do Sul, Irati, Castro, Jaguariaíva, Palmas, Morretes, Antonina e Guarapuava, no Paraná. Em Santa Catarina, surgiram: Curitibanos, Lages, Santa Cecília, Campos Novos, Porto União e Chapecó; no Rio Grande do Sul surgiram: Viamão, Cruz Alta, Vacaria e outros. Em São Paulo, surgiram: Ourinhos, Itararé, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba. Na Argentina: Corrientes e Tucuman. No Uruguai: Entre Rios.

Curitiba, era parada obrigatória dos tropeiros, que aqui acampavam, descansavam, faziam negócios e invernadas de vários meses para recuperar os muare, antes de seguir para feira de Sorocaba em São Paulo e dali para Minas Gerais. Este fato, beneficiou por demais a futura capital do Paraná, que devido a sua posição estratégica era entroncamento de duas rotas.

III- Os Tropeiros

O tropeiro foi um personagem típico de nossa sociedade nos tempos coloniais do Brasil. O dono das tropas era um homem pobre. A formação de uma tropa, requeria recursos razoáveis, sendo que a maioria de seus proprietários eram homens abastados e de destaque. Os Tropeiros do Paraná, eram divididos em dois grupos: uns eram chamados de “Tiro longo”, os quais negociavam com capital próprio e gozavam de grandes créditos. Os outros, eram os de, “Tiro curto”, ou “Malas nos tentos”, que trabalhavam com capital emprestado e que, conseqüentemente, com capital menor, tinham menores possibilidades de lucros. Eles tinham suas partidas em épocas também diferentes. Os de “tiros longos” partiam nos fins do mês de janeiro, levando comitiva própria e não faziam parada até atingirem Cruz Alta ou Vacaria, já no território gaúcho, tudo dependendo do caminho que houvessem escolhido. Nas vilas e regiões serranas do Rio Grande do Sul, tomavam tropilhas dos fazendeiros da região, por empréstimo, e iam à fronteira riograndense com o Uruguai (Entre Rios), onde realizavam suas compras de muare. Já os “Malas nos tentos”, partiam sempre em julho ou agosto e, em Cruz Alta ou Vacaria, adquiriam suas tropas, regressando para o Paraná, onde essas tropas faziam estágio de semanas ou meses, nos campos

gerais ou em Curitiba, para depois seguirem à Feira de Sorocaba, em São Paulo. Esses Tropeiros do Paraná, procuravam deixar o Estado antes das primeiras geadas do ano para evitar a grande queda de preços.

A comitiva de tropeiros do Paraná era sempre mista, isto é, era composta de paranaenses, gaúchos e catarinenses.

Existiam duas maneiras de condução das tropas: a tropa arreada e a tropa chucra. A tropa arreada era composta de cangalhas, onde eram penduradas as canastras e as bruacas contendo mercadorias.

A tropa chucra, era formada por animais selvagens das planícies platinas, que eram domados ao longo da tropeada. Aqui é necessário destacar que os índios Charruas, habitantes das coxilhas riograndense, eram exímios cavaleiros e renomados domadores e que vieram a se constituir num admirado grupo de primeiros tropeiros daquela região.

A tropa chucra era composta por animais rústicos mas de grande resistência que seguiam bem pelos caminhos, principalmente, os mais difíceis.

O tropeiro quase sempre era o dono, o chefe da comitiva, o proprietário da tropa. Levava e vendia os lotes pessoalmente, no destino planejado.

Eram também figuras de grande influência política, normalmente ricos fazendeiros e que tinha amizade com as pessoas que faziam parte da Coroa Portuguesa.

Aqui no Paraná, nos primeiros tempos, alguns dos principais tropeiros foram: o Barão do Tibagi, José Caetano de Oliveira; o Barão dos Campos Gerais; Coronel David dos Santos Pacheco; o Coronel Joaquim Resende de Lacerda; Francisco Paulo e Silva Gomes; o Coronel João Pacheco dos Santos Lima, herói da Revolução Federalista no legendário Cerco da cidade da Lapa; O gaúcho João da Silva Machado, o Barão de Antonina; o Tenente Manoel Teixeira de Carvalho e muitos outros.

A ocupação do Paraná também deve muito aos tropeiros, já que o seu povoamento está ligado ao comércio de gado, transportado pelos tropeiros, que trouxeram o costume de multiplicar as invernadas em função do território paranaense ter imensas pradarias adequadas para as atividades pecuárias, facilitadas por suas condições geográficas. O desenvolvimento da pecuária e o tropeirismo no Paraná contribuíram também para integração dessa região na economia do Brasil, tendo uma importância fundamental para construção da sociedade colonial.

Destaca-se inclusive, que nesta época foram projetados naquele cenário, inúmeros tropeiros que depois passaram a influenciar nas decisões políticas e econômicas devido às suas posições e laços de amizade com a Coroa Portuguesa.

Desta forma, constatamos, que o tropeiro não era simplesmente um condutor de tropas de cabeça baixa, mas tinha também em seu bojo, homens de grande respeitabilidade e credibilidade, junto às autoridades da época, que fossem políticos, militares ou membros da casta financeira.

Pelo fato de a natureza ter sido generosa com o território paranaense, suas terras eram cobiçadas pelos ricos tropeiros paulistas, que passaram a adquirir aqui, grandes extensões de terras tanto para descanso de seus animais como para sua reprodução.

Os espanhóis foram os responsáveis pela introdução do gado na América Meridional, nas regiões cortadas pelo Rio da Prata (no Uruguai), sendo as primeiras tropas, na espécie cavalar e vacum, que depois se espalharam pelo Rio Grande do Sul e daí para todo o Brasil.

Os tropeiros do Paraná, os catarinenses e gaúchos, que abriram caminho até as barrancas do Uruguai e da Argentina, onde traziam tropas chucras e arreadas, deixaram uma marca imorredoura de sua coragem e espírito idealista na história do Brasil.

O burro e a mula, eram os animais utilizados para o transporte pelos tropeiros e, não o cavalo. Tudo porque o muar possui qualidades surpreendentes com muito maior resistência para longas caminhadas por caminhos adversos, com impressionante capacidade de resistência para suportar peso, o que os tornaram os preferidos para este trabalho, apesar de sua conhecida lentidão.

Foram também os tropeiros com suas tropas, o principal meio de comunicação e transporte que praticamente consolidou ligações entre regiões, muitas vezes inóspitas do Brasil central e sulino daqueles tempos.

Foi também graças ao papel desempenhado pelos tropeiros que mantiveram por décadas um contato íntimo com o território riograndense do sul e também entre si, que se conseguiu aproximar os gaúchos e seu território do restante do Brasil, impedindo que eles se tornassem castelhanos, já que aquele território era situado em uma região onde, naquela época as fronteiras entre a colônia portuguesa e as terras castelhanas, eram muito tênues, indefinidas e sofria grande influência espanhola. Foram ainda os tropeiros paranaenses que levaram para os gaúchos o hábito do chimarrão, já que somente o Paraná produzia a tão cobiçada congonha (erva mate).

Inúmeros termos de origem castelhana, também foram incorporados de forma definitiva no linguajar dos paranaenses, como por exemplo: churrasco, chimango, charque, rabicho, arroio, bombacha, poncho, rincão, coxilhas, estância etc.

E nesta influência mútua dos gaúchos eles trouxeram o traje, a dança a música, comida típica e os costumes campeiros, influências essas que perduram até nossos dias, sendo o Paraná, o Estado brasileiro que mais cultiva a tradição gaúcha, depois do próprio Rio Grande do Sul.

IV - O Por quê do dia 26 de abril

Os Tropeiros, foram sertanistas, fazendeiros, políticos, desbravadores, fundadores de cidades, criadores de costumes, influenciando as gerações seguintes, com seus trajes, seu folclore, seu linguajar e sua comida típica, como por exemplo o feijão tropeiro.

A exemplo da cidade da Lapa, foi escolhido o Dia 26 de abril, como homenagem ao Tropeirismo, em

memória do Padre Cristóvão de Mendonça, que nasceu em Santa Cruz de La Sierra- Bolívia, e, após seus estudos religiosos foi ordenado em Córdoba do Tucuman, no Paraguai.

No ano de 1632, o padre Cristóvão de Mendonça, foi transferido para Guaíra, no Paraná, na então Companhia Jesuíta Padre Montoya, onde ajudou a fundar diversas reduções indígenas. Por volta do ano de 1633, quando fazia caminhadas pelas reduções indígenas de Jesus e Santa Cruz do Rio Grande do Sul, notou o estado de penúria e completa miséria em que viviam os índios lá locados.

Profundamente consternado pela fome desses aborígenes, padre Cristóvão de Mendonça, reúne ajuda financeira e, devidamente autorizado por seus superiores, segue para Corrientes na Argentina.

Lá, adquiriu mil cabeças e as conduziu para as reduções indígenas, que estavam prestes a morrer de inanição. Esta foi a primeira tropa conduzida por tropeiros que se tem notícia no Brasil.

Passado algum tempo, já conhecido como o Padre Tropeiro Cristóvão de Mendonça fez outra tropada desta vez, conduzindo cinco mil cabeças de gado para Jacuí e Alto Uruguai na serra riograndense. mas, incompreensivelmente, foi traído pelo feiticeiro (pajé) Taiubai, que havia fugido da redução de São Miguel, fazendo com que o padre Cristóvão acabasse caindo em uma emboscada perpetrada pelos bugres, que em grande número ferozmente, atacaram seu benfeitor com flechadas pelo corpo e incontáveis golpes na cabeça, tirando sua vida exatamente no dia 26 de abril do ano de 1635.

O padre Cristóvão de Mendonça, foi portanto, com toda justiça, o primeiro tropeiro da América do Sul.

É em sua homenagem póstuma, que estabelecemos este dia, para homenagear os tropeiros de nossa terra com o Dia do Tropeirismo no Estado do Paraná.

Finalizando, o Paraná-Tropeiro, comerciante criador teve as seguintes fases no trabalho com tropas; transporte de gado e muares para Sorocaba e Minas Gerais no século XVIII; depois para São Paulo - Cafeeiro no século XIX e nas primeiras décadas do século XX; também para o Norte do Paraná, como extensão da cafeicultura paulista; e por último os tropeiros se puseram a serviço dos frigoríficos no interior do Paraná.

Até hoje, ainda se vê por este Brasil afora, apesar do progresso dos meios de transportes, rodoviários, ferroviários e aéreos, pelas estradas deste imenso Brasil, uma tropa sendo conduzida por orgulhosos e felizes tropeiros, satisfeitos com a vida campeira que levam...

Os Tropeiros abriram e consolidaram caminhos, fundaram povoados que se transformaram em vilas e depois em prósperas cidades...

Foram os Tropeiros que estabeleceram o primeiro correio a cavalo do Brasil, levando e trazendo cartas e notícias, representando negociantes e fazendo negócios rendeiros...

Foram os Tropeiros que, conduzindo tropas chucas e arreadas, transportaram alimentos e outros gêneros de mercadorias, no Brasil Colonial e também já em plena era moderna, enfrentando toda espécie de adversidades, e tudo isto só foi possível, por serem estes Tropeiros, homens de muita fibra, de muita coagem e acima de tudo, de muito amor à terra em que nasceram!

PROJETO DE LEI Nº 473/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica insituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Primeiro Emprego - PPE, objetivando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas de trabalho e das micro, pequenas e médias empresas, bem como das propriedades do setor rural no Estado do Paraná, fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

§ 1º - Estarão habilitados aos benefícios desta lei, os jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, regularmente inscritos no Programa, e que não tenham tido nenhuma relação formal de emprego.

§ 2º - Dentro de um prazo de seis (03) meses, o inscrito deverá comprovar através de documentação hábil, a matrícula e frequência em curso de 1º, 2º e 3º graus.

§ 3º - Executam-se das disposições dos §§ 1º e 2º, os jovens de 16 a 24 anos:

- a) portadores de deficiência;
- b) portadores de altas habilidades;
- c) vinculados a Programas de inserção social coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário ou outras entidades legalmente habilitadas; e
- d) egressos do sistema penal.

§ 4º - Às contratações previstas no parágrafo anterior não se aplica o limite estabelecido no § 3º do artigo 4º desta lei.

§ 5º - Os jovens beneficiados, previstos no § 3º do artigo 1º desta lei, dispensa o empregador da contrapartida financeira, devendo o Governo do Estado proceder o repasse do salário pelo período de doze (12) meses.

§ 6º - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus legais, inclusive os encargos sociais.

Art. 2º - O Programa Primeiro Emprego - PPE ora instituído, será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e contará com a colaboração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado do Governo, Secretaria de Estado da Educação,

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, das Prefeituras, das Comissões Estadual e Municipais de Emprego, dos Conselhos da Criança e Adolescente, dos Sindicatos das categorias profissionais e econômicas, das Federações da Indústria e Agricultura, da Associação Comercial e de outras organizações sem fins lucrativos, governamentais ou não.

Parágrafo Único - As prefeituras poderão desenvolver ações complementares ao programa, no Âmbito de suas competências.

Art. 3º - As inscrições dos jovens no Programa Primeiro Emprego - PPE, serão efetivadas nas Unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine e nas Prefeituras Municipais.

§ 1º - Quando da implementação do programa, estarão automaticamente inscritos, atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, os candidatos já cadastrados nas Unidades do Sine, nos últimos seis (06) meses.

§ 2º - Nos locais de inscrição deverá ser afixada, mensalmente, a relação dos inscritos no Programa bem como daqueles já encaminhados e aproveitados nas empresas.

§ 3º - O encaminhamento às empresas deverá obedecer rigorosamente a ordem cronológica de inscrição, respeitadas as prioridades para preenchimento das vagas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa Primeiro Emprego - PPE o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do jovem, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de 1,5 salário mínimo nacional (um salário mínimo e meio) por jovem contratado, durante os primeiros seis (06) meses do contrato de trabalho.

§ 1º - Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a um (01) salário mínimo nacional por jovem contratado.

§ 2º - As empresas habilitadas poderão contratar, nos termos desta lei, até vinte por cento (20%) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até quatro (04) empregados, poderão contratar um (um) jovem através do programa.

§ 3º - Terão prioridades para preenchimento das vagas oferecidas pelo programa os jovens oriundos de famílias em situação de pobreza e que estejam cursando o 1º grau.

§ 4º - Será assegurado ao jovem a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

§ 5º - No caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no *caput* deste artigo.

§ 6º - O empregador deverá abrir uma conta corrente, em Banco a ser definido no regulamento, exclusiva para receber e movimentar os recursos recebidos do programa.

Art. 5º - Serão destinados preferencialmente a jovens portadores de deficiência dez por cento (10%) dos novos postos de trabalho, decorrentes desta lei.

Art. 6º - Poderão habilitar-se a participar do Programa Primeiro Emprego - PPE, mediante a assinatura de Termos de Adesão com o Estado, as Cooperativas de Trabalho, as Micro, Pequenas e Médias Empresas, bem como os Proprietários de áreas rurais no Estado do Paraná, assim definidos no Regulamento.

§ 1º - As empresas referidas no *caput* deverão comprovar a não redução dos postos de trabalho nos três (03) meses que antecedem a sua habilitação ao programa e comprometer-se a manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, pelo período mínimo de doze (12) meses.

§ 2º - O empregador, respeitada a legislação trabalhista, e na forma do regulamento, poderá, mantendo-se o posto de trabalho, substituir o jovem contratado no âmbito deste programa.

§ 3º - A empresa que reduzir o número de postos de trabalho e/ou descumprir os direitos previstos no § 5º do artigo 4º desta lei durante sua participação no programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

§ 4º - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

§ 5º - As empresas de grande porte, excepcionalmente, poderão habilitar-se a participar deste programa, mediante a assinatura do Termo de Adesão referido no *caput*, desde que contratem os jovens referidos no § 3º do artigo 1º desta lei.

Art. 7º - Se a cooperativa de trabalho, propriedade do setor rural ou empresa habilitada a participar do Programa estiver localizada em área rural, fica o Poder Executivo autorizado a ampliar as condições previstas nos artigos anteriores:

a) para até doze (12) meses o período de repasse de incentivo estadual para cada jovem enquadrado no programa;

b) para número equivalente a quarenta por cento (40%), no máximo, de sua força de trabalho o total de contratos enquadráveis nesta lei; e

c) para dezoito (18) meses o prazo máximo de permanência no Programa de jovens cuja empresa for beneficiada com repasse de incentivo por período superior à seis (06) meses.

Art. 8º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Primeiro Emprego - PPE, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data de admissão do jovem contratado.

Art. 9º - Os recursos para o Programa Primeiro Emprego - PPE serão oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - A distribuição dos recursos referidos no *caput* obedecerá à seguinte proporcionalidade:

Setenta por cento (70%) direcionados aos inscritos com formação de até 1º grau;

Trinta por cento (30%) dos demais inscritos.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Estado crédito especial para as finalidades descritas nesta lei.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Queremos registrar a visita do nosso ex-colega, deputado Antonio Bárbara.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente:

Apenas para informar V. Exa., aproveitando a ocasião que o nosso partido está em vias, efetivamente, a nossa líder, Luciana, acaba de me informar, que já temos praticamente aprovada a coligação nacional e estadual do PT com o PL.

Senhor presidente, o que me traz à tribuna neste Pequeno Expediente é a apresentação junto à Mesa, de um projeto de lei que conta com o apoio de mais de 20 deputados estaduais, um projeto que trata da anexação do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça.

Digo mal quando falo projeto de lei, pois é proposta de emenda constitucional. Portanto, retifico: é uma proposta de emenda constitucional que trata da anexação do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça.

A criação dos Tribunais de Alçada deu-se visando agilizar a justiça especial nas causas de menor expressão

econômica ou de crimes mais leves em que demandam soluções mais rápidas. Entretanto, passaram a exercer funções idênticas às dos Tribunais de Justiça, inclusive,...

Vou parodiar o deputado Waldyr Pugliesi: "Vou parar de falar para deixar os outros falarem"!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao deputado Irineu Colombo!

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, senhor presidente!

Acontece que o tribunal de Alçada passou a exercer funções concorrentes com o Tribunal de Justiça.

A coexistência de tribunais autônomos para exercício de uma única atribuição significa gastos excessivos no momento em que é exigido a todos os brasileiros sacrifícios e termos de ajuste fiscal e também exigências na celeridade da Justiça.

A superposição de estruturas, evidentemente, é um retrocesso consistente em inúmeros conflitos de competência numa discussão autofágica para se chegar à deliberação prévia sobre qual tribunal é competente para conhecer determinados recursos.

Há um tempo atrás, com a visita de membros do Tribunal de Alçada a esta Casa, nos foi dito deputado José Maria Ferreira, que teve um processo de um advogado do Rio de Janeiro que há 12 anos estava no Tribunal de Alçada; lá chegou-se a conclusão de que não era competência do Tribunal de Alçada; enviou-se ao Tribunal de Justiça. portanto, há um gasto em advogados; a empresa tinha direitos e depois, obviamente, teve esses direitos consagrados no Tribunal de Justiça, mas ficou 12 anos parado, atrapalhando o processo no Tribunal de Alçada.

Isso significa uma morosidade num debate de qual a competência, do Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Alçada?

Então, a exigência dessa discussão processual, dos conflitos, intensifica os problemas do excesso de processos represados a aguardar a distribuição em alguns tribunais estaduais, depois suportar as vicissitudes do processo na Primeira Instância e parte ainda precisa munir-se de paciência para esperar que o recurso chegue às mãos do relator.

Apenas três Estados em todo Brasil conservam essa excrescência que já surtiu efeitos na década imediatamente posterior a de 40, mas que hoje perderam sua razão de existir e foram substituídas pela alternativa mais econômica das turmas de recursos dos juizados especiais.

De forma pioneira, os Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já procederam à unificação de segunda instância em experiência exitosa e por todos reconhecida, pela OAB, pelos próprios desembargadores, Membros do Poder Judiciário.

De acordo com o juiz de Direito, Dr. Rogério Ribas, em matéria publicada pelo jornal "Folha de Londrina", o Tribunal de Alçada julga muito mais processos

do que o Tribunal de Justiça, sendo que o leque de competência recursal do Tribunal de Alçada é muito maior. E com a unificação das duas Cortes de Justiça, acabariam com os conflitos de competência entre os dois tribunais existentes, dinamizando, não só o julgamento, mas também a administração da Justiça em segundo grau, proporcionando vantagens para a população com a rapidez nos julgamentos, além da grande economia de cargos e salários.

A unificação com a eliminação dos conflitos competência, racionalização na distribuição de recursos e gestão administrativa única para o Poder Judiciário Estadual, está de acordo com as modernas exigências da mais adequada gestão organizacional e atende a postulação da quase totalidade dos juízes brasileiros. Inúmeras vezes manifestados seus congressos associativos.

O brasileiro tem o direito a uma justiça eficiente, célere e descomplicada.

A existência de um único órgão de segunda instância atenderá esse legítimo interesse da comunidade.

Senhores deputados, senhores presidente, portanto, com a minha proposta de Emenda Constitucional de Eleição para o Presidente do Tribunal de Justiça, que é o presidente de um dos três Poderes. Agora, com a proposta de unificação da TA, Tribunal de Alçada e TJ, Tribunal de Justiça, e ainda com a proposta que eu e o deputado José Maria Ferreira estaremos protocolando dentro das próximas horas, da estatização dos Cartórios, nós estamos dando um alinhamento, uma proposta geral de como poderemos modernizar o Sistema Judiciário no Paraná.

Esperamos estar contribuindo mais uma vez para o bom debate democrático, sobretudo de um Poder que ainda é um dos Poderes que não estão sobre o controle popular, como o nosso mandato, como o mandato do Governo do estado que é o Poder Judiciário.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PMBD, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados:

O governo Jaime Lerner notório por suas peripécias, acaba de brindar o povo do Paraná com mais um desatino.

Para mim não é surpresa, senhor presidente, senhores deputados, observar esse tipo de atitude de um governo moribundo; de um governo que infelizmente, tem causado tanta tristeza ao povo do Paraná.

Refiro-me à locação de dois helicópteros pela Secretaria de Administração Pública para prestar serviços ao governo do Paraná. Dois helicópteros contratados a peso de ouro. Cem mil reais por mês, para cada helicóp-

tero, perfazendo então, duzentos mil reais por mês para pagar o contrato de cada aeronave.

Mas isso só, senhor presidente, não seria preocupante, não fosse o fato de o Paraná possuir dois helicópteros. O governo do Estado possui dois helicópteros que estão na garagem, que estão no hangar do Governo do Estado, no Aeroporto Bacacheri, parados, e que poderiam ser utilizados para fazer a segurança do Povo do Paraná. Mas, o governo precisa ajudar os companheiros, os amigos aqueles que têm avião aqueles que têm helicóptero e aí nada mais justo do que deixar os aviões, os helicópteros do governo parados e alugar helicóptero dois seus compadres políticos. Afinal de contas, só cem mil reais por mês é muito pouco para um governo marcado por atos de lamentável repercussão, por episódios tristes de corrupção e de picaretagem.

Senhor presidente, estou fazendo um requerimento à Casa pedindo informações ao governo e ao incompetente secretário José Tavares, para que responda à Assembleia Legislativa do Paraná qual é o motivo de deixar os dois helicópteros do Governo literalmente na garagem e alugar dois helicópteros pagando peso de ouro, cem mil por mês para cada unidade, que poderiam ser usados na compra de equipamentos, na melhor estruturação da Polícia, no combate à criminalidade para livrar o povo do Paraná das mãos dos bandidos, das mão da criminalidade que hoje tira a vida do povo do nosso Estado. O povo do Paraná paga com a sua própria vida a incompetência deste governo!

Então, senhor presidente, o pedido de informações que nós queremos é justamente para saber o porquê é que o governo Lerner não se utiliza das aeronaves que são de propriedade, do governo e pega duas aeronaves emprestadas, pagando o absurdo! Assim também, deputada Serafina, o governador Jaime Lerner fez com os aviões: o Paraná possui cinco aviões, inclusive um avião lear jet, um avião chamado popularmente de jato, pequeno, comprado pelo ex-governador José Richa, mas, este avião não serve ao príncipe que está ali no Palácio Iguazu! Esse avião não serve! Foi preciso contratar um novo avião, um avião a jato, pagando cinquenta e oito mil reais por mês para fazer os caprichos do senhor Jaime Lerner, para que ele possa andar de baixo para cima e de cima para baixo às custas do sofrimento do povo do nosso Estado. Não chegava um avião a jato, como eu disse, levando-se em consideração que o Paraná, o povo do Paraná possui cinco aviões que pertencem ao nosso governo, ao povo, e o Lerner locou um jatinho para ele, que já faz sete anos que acompanha. Com o valor do aluguel que ele paga no jatinho, hoje o jatinho já estaria quase que totalmente quitado e pertenceria ao povo do Paraná! Mas isso não interessa ao Jaime Lerner! Não tem compromisso com a seriedade! Não tem compromisso com a decência! Não tem compromisso com o povo! Não tem compromisso com a verdade! E o Paraná se perde nas mazelas de um governo infelizmente ainda faltam seis meses para concluir o seu período de administração.

Por isso, senhor presidente, quero pedir aqui o apoio dos senhores deputados para que o nosso requerimento seja aprovado a fim de que possamos mostrar ao povo do Paraná como é que o Lerner governa o nosso Estado, como é que o Lerner e o incompetente secretário da Segurança, José Tavares tratam o dinheiro público no Paraná, com a maior irresponsabilidade e desatino possível!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL; PSDB; PTB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

Esta Presidência quer participar aos senhores parlamentares que nós teremos mais duas Sessões hoje.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1769, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o item 21 da pauta traz o projeto relativo ao Ministério Público e quando a matéria foi abordada na CCJ, nós, mais o deputado Algaci Tulio, fizemos uma questão de ordem porque o projeto de lei, o anteprojeto de lei não está assinado pelo governador: consta aqui um anexo, inclusive, publicado na Ordem do Dia, mas não tem a assinatura do governador; tem apenas o ofício da Procuradoria encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, realmente, é direto do Ministério Público para esta Casa de Leis.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Esta era a dúvida que nós tínhamos na CCJ, e por esta razão, inclusive, o presidente deixou de emitir o

parecer, o projeto ficou adiado para a Sessão Extraordinária de amanhã, daquela Comissão.

Então, eu gostaria que V. Exa., se possível, convocasse a Mesa dos trabalhos, o presidente da CCJ, para que pudéssemos esclarecer essa matéria antes de iniciarmos as votações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só informar a V. Exa., nobre deputado Orlando Pessuti, que na realidade foi encaminhado diretamente do Ministério Público para a Assembléia e foi relatado já na CCJ, conforme o parecer em minhas mãos, e está assinado por V.Exa., inclusive.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sim, presidente, foram colhidas as assinaturas e quando nós tínhamos as assinaturas, nós verificamos que constava essa folha.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu suspendo a Sessão por três minutos para mostrar para V. Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então, aí foi que fizemos a questão de ordem a respeito.

(**Está suspensa a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão.

Quero anunciar a presença do nosso ex-colega, deputado Beto Richa, a esta Casa de Leis.

Queremos anunciar também a visita do ex-deputado, Gilberto Carvalho.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 194/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar operação de crédito interno até o valor de

R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte - Região Metropolitana de Curitiba, assim entendida aquela instituída pela Lei nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições propostas pelo agente Financeiro.

Art. 2º - Para a garantia da operação de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantias, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, ou outras garantias em direito admitidas até o montante de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 3º - O Orçamento Geral do estado consignará dotações próprias anualmente para pagamento do serviço da dívida contratada, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito.

Art. 4º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos necessários à obtenção da operação de crédito e á outorga das garantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para abertura dos Créditos Adicionais de que trata o artigo desta lei serão provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições da presente lei.

Art. 6º - O financiamento do programa de Integração do Transporte Coletivo, de que trata esta lei, obrigatoriamente, priorizará investimentos na implementação de vias estruturais e construção, ampliação e/ou reformar de terminais de transporte coletivo, nos municípios de maior adensamento populacional e menor capacidade de investimentos da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 7º - Fica vedada a utilização de recursos oriundos de operações de créditos, através do financiamento do Programa de Integração do Transporte Coletivo, pre-

visto nesta lei, para investimentos em aquisição de veículos de transporte coletivo.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza ampliação da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de Barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Mais uma vez eu registro o voto contrário do PT, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário do PT.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui o dia 20 de agosto como o "Dia da votação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular do Estado do Paraná". COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Fundação Força Trabalhista do Paraná.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Guaporema, com sede no município de Guaporema e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza a construção de uma mini usina hidrelétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gleba 18 - ASCOMGLE, com sede e foro no município de Mariluz, Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação à Maternidade e à Infância, do município de Lunardelli, com sede e foro no município de Lunardelli. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Botafogo Futebol Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a UNILLUZ - Universidade Livre para o Desenvolvimento "Luz do Mundo", com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Regional de Futebol de Campo Mourão, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede no município de Araruna, comarca de Peabiru, e foro na mesma comarca. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 351/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede no município de Araruna e foro no município de Peabiru.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 351/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede no município de Araruna, e foro no município de Peabiru.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Guaíra - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Guaíra - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/2002, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen, com sede e foro no município de Altônia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 355/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen, com sede e foro no município de Altônia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica - APAMDI, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 357/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica - APAMDI, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 357/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoio: Marcos Isfer.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 363/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2002, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a criação da gratificação especial de produtividade dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 407/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, a Gratificação Especial de Produtividade dos Servidores do Ministério Público, que será concedida pelo procurador-geral de Justiça aos servidores efetivos do respectivo Quadro, a partir de 15 de junho de 2002.

Art. 2º - A gratificação instituída no artigo 1º desta lei terá como limites:

I - no máximo, 60 (sessenta) pontos por servidor;

II - no mínimo, 10 (dez) pontos por servidor.

§ 1º - Cada ponto corresponde ao valor de 0.01 (um centésimo) sobre o vencimento básico do servidor.

§ 2º - A pontuação atribuída a cada servidor observará o seu desempenho individual, bem como o do setor em que esteja lotado, segundo critérios de avaliação fixados por ato do procurador-geral de Justiça, que regulamentará a presente lei.

§ 3º - Até que se efetive a primeira avaliação, a gratificação instituída no artigo 1º desta lei será atribuída a todos os servidores efetivos ativos do Ministério Público do Estado do Paraná, no valor correspondente a 30 (trinta) pontos.

Art. 3º - A gratificação especial de produtividade dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná integrará os proventos da aposentadoria e pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; ou

II - o valor correspondente a 10 (dez) pontos, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Único - Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 4º - A gratificação prevista no artigo 1º desta lei não integrará a base de cálculo para a concessão de vantagem de qualquer espécie, inclusive adicional por tempo de serviço.

2) Desenvolvimento de Cenários

Comparativos	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gratificação de Assiduidade	120.093.001	1,88%	121.657.760	1,827%	123.879.928	1,830%
Incorporação do Tide	120.093.001	1,88%	122.014.021	1,833%	124.837.179	1,844%
Gratificação de Produtividade	120.093.001	1,88%	122.556.938	1,841%	126.465.930	1,868%

Crescimento da Receita Corrente Líquida estimada pela SEFA em, 8,7% sobre o ano anterior.

JUSTIFICATIVA:

Como forma de incentivo à eficiência, princípio constitucional previsto no artigo 37 da Carta Magna, a Constituição Federal dispõe no § 7º, do artigo 39, que:

“§ 7º - Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes de cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação e desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade aos servidores públicos” (grifou-se).

Assim, visando aumentar a eficiência do corpo funcional do Ministério Público do Estado do Paraná, incentivando os servidores da instituição, procura-se regulamentar o dispositivo constitucional citado, o qual tem o desiderato de aumentar a produtividade do serviço público. Veja-se que a presente medida procura recuperar e manter o nível motivacional em padrões aceitáveis no âmbito da Administração Pública.

A gratificação ora instituída estabelece um sistema de avaliação da produtividade individual de cada servidor, bem como de cada setor da Instituição. A avaliação individual visa aferir a produtividade do servidor em confronto com o atingimento de suas metas específicas, ao passo que a avaliação coletiva visa aferir a produtividade de cada setor da instituição, levando-se em conta o alcance dos objetivos organizacionais fixados.

Ademais, deve ser destacado, também, que o presente projeto, tendo em vista o princípio da simetria, propõe-se a adequar a remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, aos servidores do Ministério Público da União.

É que, conforme a Lei Federal nº 10.404, de 09 de janeiro de 2002, os servidores do Ministério Público da União contam com a Gratificação de Desempenho de Atividades Técnico-Administrativas- GDATA, nos mesmos moldes da gratificação ora proposta.

É relevante informar que o Quadro dos Servidores do Ministério Público é um quadro extremamente diminuto, congregando 395 (trezentos e noventa e cinco) servidores ativos, que atendem a todas as áreas de serviços auxiliares e de apoio administrativo do Ministério Público no âmbito estadual.

O impacto anual no exercício de 2002, totalizará o valor de R\$1.628.750,79 (um milhão, seiscentos e vinte e

oito mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos), a ser suportado pelo orçamento próprio do Ministério Público, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos da Instituição, de acordo com o que preceitua a lei Complementar nº 101/2000- LRF, que ficará em 1,868% (um vírgula oitocentos e sessenta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela referida Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 22, parágrafo único), conforme quadro demonstrativo anexo.

Concluindo, deve-se ressaltar que a gratificação prevista no presente anteprojeto de lei não será incorporável quando da inativação do servidor, nem computada no vencimento básico para fins de cálculo de quaisquer outras vantagens, seja a que título for, inclusive adicionais por tempo de serviço.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 407/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em destaque, com origem em mensagem da Procuradoria Geral da Justiça, cria gratificação de produtividade para os servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a ser implementada por sistema individual de avaliação de cada servidor, bem como de cada setor da Instituição.

Por não ver incompatibilidade com a ordem jurídica, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 407/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, através de ofício nº 912/2002, e objetiva dispor sobre criação da gratificação especial de produtividade dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, na forma em que especifica.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de

louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de maio de 2002, conforme Resolução nº 15/92. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de maio de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2002

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 85/2002

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de maio de 2002, regulamentados pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Analisando a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, entendo que as referidas contas estão exatas, encontrando-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o parecer favorável.

Pelo exposto, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 18.06.2002

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Senhor presidente, estou realmente satisfeito e tenho certeza que a população da Região Metropolitana de Curitiba ainda mais, porque esta Casa não faltou ao seu compromisso de votar a mensagem do Governador do Estado, que busca 100 milhões de reais, para a implantação do novo sistema de transporte coletivo na Região Metropolitana do Estado do Paraná, criando a intercidades.

A nossa preocupação não foi em vão. Como homem ligado à Região Metropolitana de Curitiba, esta Capital do Estado, tínhamos nesse projeto, sem dúvida alguma, o grande momento para a nossa Região Metropolitana. Aliás, um momento importante já com a instalação e a inauguração do novo sistema de tratamento de água da Sanepar, na Estrada do Encanamento.

Agora mais esse projeto que vai, sem dúvida alguma, proporcionar aos moradores da Fazenda Rio Grande, região do deputado Geraldo Cartário, a virem até São José dos Pinhais ou até Colombo, Almirante Tamandaré ou Piraquara, sem precisar ir para o centro de Curitiba, utilizando uma linha de transporte, que vai fazer o intercidades.

Por essa razão, quero dizer que o compromisso que assumi, ontem, com V. Exa. de que reuniria a Comissão de Redação Final e daríamos, hoje ainda, dentro do prazo estabelecido, para que o governo possa, na questão burocrática e jurídica, buscar esses 100 milhões de reais, junto ao BNDES, está cumprido, senhor presidente e por essa razão fazer esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1761 e 1762, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1741, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1742 a 1744, de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1759 e 1773, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1760, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1763, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1764, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1765 e 1766, de autoria do deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1768, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1770, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1771, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento interno.

Requerimento nº 1772, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, tendo como presidente o deputado Orlando Pessuti, e como relator o deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento interno.

Requerimento nº 1775, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1748, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Qual é o requerimento que está sendo votado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requer envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas, solicitando informações.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, são documentos tão necessários para nós, deputados, acompanharmos o desempenho do governo, que não vejo obstáculo nenhum em aprová-los. Aliás, devem ser públicos.

Por isso, quero pedir aos deputados que aprove o requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk, até para que a gente possa conhecer aonde o dinheiro da população está sendo aplicado, e como o governo é decente, não tem medo da transparência.

Por isso, eu não vejo dificuldade para que esse requerimento seja aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Companheiro Nereu, nós não temos medo da transparência.

O SR. NEREU MOURA

Então vamos aprovar o requerimento, companheiro Durval.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de o deputado Luiz Carlos Zuk encaminhar, queremos registrar a presença do prefeito de Morretes, senhor Elder e esposa Denise.

Nossas boas vindas a esta Casa de Leis.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu acredito que o líder do governo deputado Durval Amaral, fala em transparência e nós vamos acreditar nela na votação.

Tenho a certeza absoluta que nada impede que o governo nos mostre através do Tribunal de Contas porque lá estão os documentos. Se o nosso requerimento não for aprovado, nobre líder Durval Amaral, eu farei um expediente como deputado, ao Tribunal de Contas, vou conseguir pessoalmente os documentos e voltarei a esta tribuna para mostrar os erros, desleixos e, principalmente, alguma falta com a verdade que o governo cometeu com a Educação no Paraná.

Comecei com requerimento, senhor presidente. Vou partir para o expediente e vou conseguir as provas e vou trazer para mostrarmos a realidade desse governo, que é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezessete senhores deputados aprovam.
Os que rejeitam queiram levantar-se.
Vinte e cinco rejeitam.
Está rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 309, 677/2001, 248, 271 e 335/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 351, 352, 353, 355, 357, 363, 407/2002 e do Projeto de Resolução nº 015/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308, 365, 366, 367, 375, 378, 380, 390 e 436/2002, do Projeto de Resolução nº 028/2001, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002.

Convido ainda os senhores deputados para a Sessão Especial em homenagem à senhora Joary dos Santos, ao senhor José Aroldo Galassini e à doutora Zilda Arns, que receberão o “Troféu Guerreiro do Paraná”, a realizar-se às 17h30min, quarta-feira, dia 26.

Levanta-se a Sessão.